

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MACAÍBA: O IMPÉRIO DE "SEU MESQUITA"
História Política da cidade de Macaíba sob domínio da família Mesquita*

DINÁRIA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA

NATAL, 2006.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

10,0

MACAÍBA: O IMPÉRIO DE “SEU MESQUITA”

História Política da cidade de Macaíba sob domínio da família “Mesquita”

DINÁRIA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA

Natal, RN
2006
NATAL, 2006.2

DINÁRIA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA

MACAÍBA: O IMPÉRIO DE “SEU MESQUITA”

História Política da cidade de Macaíba sob domínio da família “Mesquita

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Professora Maria da Conceição Fraga.

Natal, RN

2006

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO

A Deus, primeiramente, pela força que nas horas em que busquei, encontrei, pela fidelidade do senhor quanto à conclusão do curso, pelo amor com que me escolheu e tem cuidado de mim.

Ao meu esposo, Josione Estevam da Silva e ao meu filho Luiz Gabriel Toscano Santos pela compreensão que tiveram quanto a minha ausência provocada por horas de dedicação a este trabalho. A Sarah, que está por vir e já tem colaborado com minha ansiedade.

Aos meus pais, pelo apoio dado durante todo o curso. Sou a primeira filha a concluir um curso de nível superior. Valeu a pena esperar.

As professoras Aurinete Girão e Conceição Fraga pelas eternas ajudas, dedicação e orientação que marcaram toda essa jornada acadêmica.

A amiga Rosília Carrilho e ao amigo Anderson Tavares pelo companheirismo e amizade demonstrada durante os momentos mais difíceis e angustiosos deste percurso.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, ajudaram na realização desta grande caminhada universitária. Certamente não conseguiria escrever o nome de todos vocês, mas existe um Deus perfeito que jamais esquecerá.

2.3 Residência Fka 32

3.4 Assistencialismo e/ou Clientelismo 34

CONCLUSÃO 30

FONTES E BIBLIOGRAFIA 42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO I	11
<i>POPULISMO E TRADICIONALISMO, BASES-MOR DO CONSERVADORISMO DAS ELITES NORDESTINAS.</i>	
CAPÍTULO II	20
<i>COMO CHEGARAM A MACAÍBA E QUEM FORAM OS MESQUITAS.</i>	
2.1 <i>Alfredo Mesquita e Nair Mesquita</i>	21
2.2 <i>Valério Mesquita e Odiléia Mesquita</i>	25
CAPÍTULO III	30
<i>AS PRATICAS POLÍTICAS E OS MEIOS/MECANISMOS UTILIZADOS PELOS MESQUITAS PARA PERMANECER DOMINANDO POLITICAMENTE O MUNICÍPIO.</i>	
3.1 <i>Alianças e Oligarquias</i>	30
3.2 <i>Monumentalização</i>	31
3.3 <i>Residência Fixa</i>	32
3.4 <i>Assistencialismo e/ou Clientelismo</i>	34
CONCLUSÃO	39
FONTES E BIBLIOGRAFIA	42

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um fato político da história de Macaíba: *O fato de que a cidade de Macaíba permaneceu durante 56 anos sob o domínio político da família Mesquita*. Em sua acepção mais ampla, o tema envolve as estratégias ou mecanismos utilizados pela família Mesquita para permanecer dominando politicamente um Município por mais de meio século.

O tema **Macaíba: o império de “Seu Mesquita”** foi retirado do livro *Macaíba de Seu Mesquita* do autor Valério Mesquita, publicado pela editora Clima, em 1982. O livro é de crônicas políticas onde narra fatos ocorridos ao longo dos anos da vida política de seu pai. Chamou-me atenção à página que denomina a cidade do “império de seu Mesquita”, logo após a apresentação do livro e a página 33 que diz: “*não tinha hora certa para atender ao povo*”. Estas frases não poderiam passar despercebidas na hora da leitura, pois sou filha de Macaíba e preciso conhecer melhor o que leva um homem a chamar a cidade de seu império.

Macaíba, cidade localizada às margens do Rio Jundiáí, afluente do rio Potengi, está a 17 km da capital do estado. Sua população é de 54.883 habitantes e sua área territorial é de 512 Km² (IBGE 2000). É berço de muitos ilustres, nas letras registra-se a Poetisa Auta de Souza e seu irmão Professor Henrique Castriciano de Souza, ex-vice-Governador do Estado e fundador da Escola Doméstica de Natal e da Academia Norterriograndense de Letras, além de Dr. Otacílio Alecrim, advogado e escritor. No campo da ciência Macaíba possui como filho ilustre Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, professor, Deputado Federal e inventor do dirigível PAX. Na política destacam-se Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, ex-Governador do

Estado por dois mandatos e que ficou conhecido como o mecenas da cultura potiguar como também Augusto Tavares de Lyra, ex-Governador, ex-Ministro de Estado no governo de Afonso Pena e um excelente orador.

Cabe ressaltar que o primeiro nome do nosso município foi “Coité” – originário de uma árvore espalhada por toda a vila, não comestível e de fruto grande e redondo servindo sua casca para formar vasilhas redondas comuns na época. Somente em meados do século XIX (1855) o nome da vila é modificado para Macaíbal, atendendo a pedido do Sr. Fabrício Gomes Pedroza comerciante de grande influência política no Estado, que origina-se de uma bela e importante palmeira existente na localidade e que tem o mesmo nome.

No final do mesmo século, precisamente em 27 de outubro de 1877, através da lei 801, a vila de Macaíba foi elevada a categoria de Município, ganhando assim autonomia político administrativa. Em 1879 é conhecido seu primeiro administrador o senhor Vicente de Andrade Lima. A Lei complementar nº 152, de 16 de janeiro de 1997, inclui Macaíba na Região Metropolitana de Natal, juntamente com Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim e Natal.

A família Mesquita, chega na cidade ainda na segunda metade do século XIX, não sei precisamente o ano, vindo a convite do então importante comerciante Fabrício Gomes Pedroza, paraibano de Areia, que na fase do surto exportador de algodão instalou no município a casa importadora-exportadora, logo, tornando-se responsável pela vinda de embarcações estrangeiras que atracavam diretamente no porto dos Guarapes, então existente, sendo o rio Jundiá usado para transitar os barcos que faziam o percurso até à capital. Macaíba, a partir desses anos passou a funcionar

como posto intermediário para o comércio entre os povoados e vilas – situados nos vales dos rios Jundiá e Potengi, em parte da região do Seridó e o porto da capital.

A família Mesquita iniciou o seu legado político com o casal Alfredo Mesquita e Nair Mesquita, e posteriormente com o segundo casal, o Sr. Valério Mesquita, filho do casal supra citado e Odiléia Mércia da Costa Mesquita esposa do Sr. Valério, do qual recebeu o nome Mesquita. Este segundo casal daria continuidade ao “império de seu Mesquita”.

Pesquisei o livro *Macaíba*, publicado pela fundação José Augusto – Centro de Pesquisas “Juvenal Lamartine”, editora Gráfica Manimbú em 1983 Natal. O livro foi escrito no período em que Valério Mesquita era presidente da Fundação José Augusto e sua esposa Odiléia Mesquita era prefeita do município. A nota de abertura foi realizada por Odiléia Mesquita e as 4 últimas páginas falam do poder executivo local, dando ênfase à administração de Valério Mesquita e sua genealogia política.

A partir desse livro nasceu o desejo da pesquisa. No entanto, não usarei somente o livro citado, mas arquivos de jornais, livro publicados com abordagem política no Estado e nos anos em análise, como também estudos de historiadores contemporâneos sob tema em discussão. O trabalho abordou todos os membros da família Mesquita envolvidos em política, seja direta ou indiretamente, citando para compreensão do leitor os cargos políticos-administrativos de importância no estado quando ocupado por um Mesquita através de indicação.

A pesquisa pode ser também justificada por uma motivação pessoal e particular. O fato de conhecer, descobrir, investigar e apresentar a família Mesquita ao município de Macaíba após junção de dados colhidos corretamente, satisfaz um desejo existente desde minha infância:

Cresci num município rodeado da palavra Mesquita, pois morei na adolescência no conjunto habitacional Nair Mesquita, estudei no colégio municipal Alfredo Mesquita, minha tia morava na rua Alfredo Mesquita, em minha lembrança está a inauguração do Hospital Regional Alfredo Mesquita Filho, na infância morei no conjunto habitacional Alfredo Mesquita Filho e tantos outros. Preciso conhecer os Mesquitas para compreender e aceitar tanta homenagens a eles já realizadas.

Na busca da solução para o meu questionamento, parto da seguinte questão:

Quem foram os Mesquitas? Como chegaram a Macaíba? Por que permaneceram tanto tempo no poder? Por que a cidade possui, bustos, escolas, hospital, praças com o nome dos Mesquitas? Quais os mecanismos e meios utilizados para assegurar seu legado na história do município, como também sua longa permanência no domínio político de Macaíba?

O recorte espacial para este estudo será o município de Macaíba, mas a política do estado, como também o quadro político do Brasil na época será apresentado quando necessário, para esclarecer dados relevantes a este trabalho.

Para o recorte temporal usarei o ano de 1936, quando ocorre o primeiro mandato de prefeito do patriarca da família Mesquita: o Sr. Alfredo Mesquita Filho, que se estende até 1992, quando dar-se-á o último momento de participação da família Mesquita no poder executivo com a Sra. Odiléia Mércia da Costa Mesquita, sua nora naquele momento.

Diante da escassez de trabalhos, principalmente os de pesquisa, sobre os Mesquitas no município de Macaíba, acredito que esse trabalho monográfico contribuirá para que a lacuna existente na historiografia local sobre o assunto seja atenuada. O tema escolhido nunca foi abordado em trabalhos monográficos ou em livros de

publicação particular. O presente trabalho pretende abordar também as ligações políticas da família Mesquita com partidos e políticos do Estado do Rio Grande do Norte.

Havendo poucos ou nenhum escrito de forma organizada e sistematizada sobre o papel político desempenhado pela família Mesquita, essa pesquisa encontra-se respaldada e justificada por tentar amenizar essa falta dentro da historiografia desse município e também do estado.

Justifico este trabalho também pela contribuição social. Devo citar que os seus munícipes ganharam com os dados obtidos sobre a família Mesquita na política de Macaíba, fechando a lacuna existente. A pesquisa poderá ser usada por alunos do ensino fundamental e médio quando estiverem pesquisando a história do município. Com os dados colhidos e, posteriormente, apresentados à sociedade, macaíba terá informações importantes para serem agregadas na sua história política e tradicional. Logo, a pesquisa tem papel importante para Macaíba, observada por diversos ângulos, como os já citados acima.

Submeter à crítica as relações de poder e as práticas políticas no período de domínio da família Mesquita no município de Macaiba, abordando quais os mecanismos e/ou estratégias utilizados pela família para permanecer dominando politicamente um município durante mais de meio século é parte de meu objetivo neste trabalho.

E como objetivos específicos saber: quem foram os Mesquitas e como chegaram a Macaíba; analisar a relação entre as praticas políticas do município com aquelas do estado; entender os meios e os mecanismos utilizados pelos Mesquitas para permanecer dominando politicamente o município.

Uma das propostas da pesquisa é conhecer melhor a dominação da família Mesquitas para compreender todas as homenagens às eles realizadas. Assim, a memória coletiva sobre os Mesquitas, quanto a sua contribuição no município poderá satisfazer, provavelmente, um desejo de conhecimento existente na memória individual dos macaibenses mais novos, ou seja, os que não tiveram oportunidade de conhecê-los quando no auge de sua vida pública e política.

Verificou-se, na pesquisa a influência desenvolvida pelo populismo no período de dominação política do município. Verificou-se também que a família Mesquita precisou fazer alianças com outras “oligarquias políticas” do estado, no intuito de facilitar sua longa permanência no cenário político de Macaíba, como também contribuiu para as indicações de membros desta família para ocuparem cargos de diretoria em órgãos públicos de suma importância no estado do Rio Grande do Norte.

Busquei o entendimento do sistema político usado pelos Mesquitas no município de Macaíba, e vou apresentá-los aos munícipes, objetivando um esclarecimento da história política da cidade com contribuição acadêmica.

Considerando-se que a tarefa do historiador não está inserida em reviver o passado e sim em narrar e/ou descrever os acontecimentos como eles realmente se passaram, este trabalho se enquadra na história política do estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente na História Política Regional.

Em relação à metodologia que foi usada nesse estudo, pesquisei periódicos como o *Diário de Natal*, *O Poti*, *A República*, *A Ordem*, além de dados colhidos nos documentos do Tribunal Eleitoral. Esse material foi usado com fonte empírica, e analisado do ponto de vista político da história tradicional, ou seja, serviu para

determinar a cronologia política da família em Macaíba e para definir o seu perfil partidário.

No entanto, cabe ressaltar a importância da pesquisa visto pela ausência de informações sobre o que foi pesquisado, ou seja, a pesquisa contribuirá diretamente no preenchimento de falhas existente na história política de Macaíba, o que me é gratificante, seja como "historiadora" ou simplesmente "macaibense".

Mais precisamente para a história de um homem, o Sr. Alfredo Mesquita Filho. A família Mesquita era conhecida no município de Macaíba e o Sr. Alfredo Mesquita participava da política local. Alfredo sabe-se que os irmãos José (primogênito), Vicente e Alfredo Mesquita foram os primeiros fundadores do Partido Popular em 1934, juntamente com os irmãos irmãos José Augusto Bezerra de Medeiros, Dinarte Mariz, Aluizio Alves e Paulo Vasconcelos entre outros. Alfredo Mesquita foi pela primeira vez, Chefe do Poder Executivo no ano de 1936, por indicação do interventor Rafael Fernandes, que comandava o Estado do Rio Grande do Norte naquele momento e Macaíba estava sendo administrada pelo Major Andrade, político influente no município, que não estava agradando politicamente os municípios. Alfredo Mesquita mantém-se na ocasião ao Major quando fora indicado para administrador do município. Após um ano foi eleito pelo povo (1937) para o seu segundo mandato de Prefeito e permaneceu até 1941, ou seja, cinco anos.

Para o período de permanência do Sr. Alfredo Mesquita no poder político, que se estendeu até a sua morte em 1966, denominarei os seus métodos políticos na contemporaneidade como "assistencialismo e populismo". No entanto, me questiono se não estarei provocando um anacronismo com o uso dos termos expressos acima. Na

CAPITULO I

POPULISMO E TRADICIONALISMO, BASES-MOR DO CONSERVADORISMO DAS ELITES NORDESTINAS.

Entre 1936 a 1992, Macaíba foi liderada politicamente por uma só família. Mais precisamente pela iniciativa de um homem, o Sr. Alfredo Mesquita Filho. A família Mesquita era comerciante no município de Macaíba e o Sr. Alfredo Mesquita participava da política indiretamente. Acresce salientar que os irmãos, José (primogênito), Vicente e Alfredo Mesquita Filho foram igualmente fundadores do Partido Popular em 1934, juntamente com os líderes políticos José Augusto Bezerra de Medeiros, Dinarte Mariz, Aluizio Alves e Paulo Viveiros entre outros. Alfredo Mesquita foi pela primeira vez, Chefe do Poder Executivo no ano de 1936, por indicação do interventor Rafael Fernandes, que comandava o Estado do Rio Grande do Norte naquele momento e Macaíba estava sendo administrada pelo Major Andrade, político influente no município, que não estava agradando politicamente os munícipes. Alfredo Mesquita mantinha-se na oposição ao Major quando fora indicado para administrador do município. Após um ano foi eleito pelo povo (1937) para o seu segundo mandato de Prefeito e permaneceu até 1941, ou seja, cinco anos.

Para o período de permanência do Sr. Alfredo Mesquita no poder político, que se estendeu até a sua morte em 1969, denominarei os seus métodos políticos na contemporaneidade como "assistencialismo e populismo". No entanto, me questiono se não estarei provocando um anacronismo com o uso dos termos expressos acima. Na

verdade, o Sr. Alfredo Mesquita agia como todo e qualquer político da época, o qual recebia em sua residência todos quanto o procurassem, e dentro desta procura atuava como mediador e/ou legislador, ou conselheiro e/ou assistencialista, prática comum aos chefes políticos daquele período como afirma Raymundo Faoro, na sua obra os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro, que diz: “A situação política do coronel se manifesta nos seus serviços de intermediação, [...]” (FAORO, 1993. p.2)

No entanto, estudar o poder local tornou-se uma atraente fonte de pesquisa, pois permite explicar o tradicionalismo e o populismo, base-mor do conservadorismo das elites nordestinas, com reflexos significativos no seu subdesenvolvimento.

Diante desse conservadorismo das elites nordestinas, está ativada a hierarquia do chefe e o chefiado, do compadre “coronel” e do compadre “afilhado”, ou seja, do poder que segundo Hobbes se exerce de modo original, de homem para homem, ou através de uma estrutura *instrumental*, com a impessoalidade derivada dessa intermediação institucionalizada (FAORO, 1993, p.633). Para assegurar a continuação do poder nas mãos do Sr. Alfredo Mesquita, devemos citar o “populismo”, que já apresentado em parágrafo anterior como base-mor do conservadorismo das elites nordestinas, era um fenômeno político não especificamente brasileiro, mas que funda-se no momento em que as populações rurais se deslocam para as cidades, educadas nos quadros autoritários do campo (FAORO, 1993, p.707).

Em continuação ao controle político da família Mesquita deve-se retomar o tradicionalismo, que como já citado é também base-mor do conservadorismo, ou seja, do conservadorismo do Sr. Alfredo Mesquita no poder local. A história regional, segundo Braudel, é filha da geografia regional, assegurando que sem espaços regionais não podem se desenvolver as civilizações. E Michel Foucault recupera a

categoria espaço e dá-lhe uma nova dimensão: o espaço institucional em que se desenvolvem as relações de poder e de dominação.

Para Foucault, os documentos não podem ser “o feliz instrumento de uma história que seria nela mesma, e de pleno direito, memória: a história é, para uma sociedade, uma maneira de dar estatuto de elaboração a massa documental de que ela não se separa” (FOUCAULT, 1972, p.14).

Para melhor se entender o estudo historiográfico desta monografia sobre a família Mesquita e seu domínio político em Macaíba neste primeiro capítulo, serão trabalhados alguns conceitos que sempre estarão presentes no desenvolvimento desse trabalho. Um desses conceitos é o populismo.

Francisco Weffort, cita que: “o populismo não aparece como de natureza plenamente política. É característica geral da sociedade de massas” (WEFFORT, 1980, p.26). Esta assimilação do populismo ao passado na tentativa de tratá-lo como fenômeno residual, constitui o núcleo da interpretação corrente, tanto na versão nacionalista como na liberal. A primeira percebe-o como *não-ideológico*, a segunda lamenta que as massas se orientem por pessoas e *não por idéias*. (WEFFORT, 1980, p.27), logo, o populismo, foi ao mesmo tempo uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da classe popular no processo de desenvolvimento industrial, político e urbano daquele momento.

O outro conceito que estará sempre presente é o da relação de poder/política. Segundo João Ubaldo Ribeiro, no seu livro Política, na página 15, a relação de poder é a seguinte:

“se a política tem a ver com o poder e se o poder visa alterar o comportamento das pessoas, é evidente que o ato político possui dois aspectos que aparecem de pronto; primeiro um interesse; e segundo uma decisão” (RIBEIRO, 1986, p.15)

Assim, a política fica vista como o estudo e a prática da canalização de interesses com a finalidade de conseguir decisões.

Posso adotar a classificação do sociólogo alemão Max Weber e considerar que há três modalidades fundamentais do poder: o poder tradicional, o poder carismático, o poder burocrático. O poder tradicional é quando a ação dos governantes tem por princípio a obediência às regras oriundas de um passado distante, ora mal definido, ora situado pela consciência coletiva numa época lendária e mística, servindo de campo para as façanhas dos deuses e dos heróis. Tal poder não se preocupa pela eficiência no sentido moderno do termo. O que faz a seus olhos o valor de uma norma que é a sua antiguidade, o fato de que as coisas “sempre foram assim” ou de que sua origem se perde na noite dos tempos. O poder é carismático desde que a coletividade entregue a um chefe ou a uma elite, providos - ou supostamente providos - de qualidades excepcionais de uma certa “graça”¹, o cuidado de decidir livremente seu destino. E o poder é burocrático quando denominado por um corpo ou conjuntos de corpos de funcionários que possuem determinado saber e/ou conhecimento.

O sociólogo alemão Max Weber ainda define poder como um conceito relativo e alega que toda situação do poder representa uma combinação dos três tipos em várias proporções, pois o controle conquistado por uma pessoa ou um grupo se dá à custa da perda de poder de outra pessoa ou grupo, não excluindo daí a possibilidade

¹ “carisma em grego significa precisamente “graça”.

de duas ou mais pessoas ou grupos ampliarem seus próprios poderes, ainda que temporariamente, a custa de um terceiro. As bases da dominação, segundo Weber, estavam na tradição, no carisma e na lei.

Weber entendia a dominação como:

“a possibilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidades de exercer ‘poder’ ou ‘influência’ sobre outras pessoas” (WEBER, 2000, p139).

Partindo dessa análise de Weber, uma relação autêntica de dominação seria a capacidade que o dominador tem de se fazer obedecer e do dominado em obedecer, que pode ser usado na política através do voto, ou do apadrinhamento, garantindo uma longa permanência na vida política de uma região. E o populismo também está ligado diretamente a estes tipos de dominação.

No período entre 1946 e 1964, o Rio Grande do Norte foi governado por líderes da UDN e do PSD. Ambos com a mesma origem política: O Partido Popular (PP). Com o ocaso do Estado Novo, o país prepara-se para viver o clima de liberdade democrática. Os grupos que se beneficiaram da ditadura *varguista* tiveram sua permanência assegurada pelo Código Eleitoral de 1945. Vargas no afã de transformar o sistema político brasileiro, criou uma ampla rede de apoio, formada por três grupos que haviam sido beneficiados durante o seu governo: 1) políticos e burocratas; 2) proprietários de terras, industriais, banqueiros e homens de negócios; 3) os trabalhadores urbanos. Os dois primeiros grupos formaram uma das mais coesas máquinas partidárias do período, o PSD. Esse partido foi criado “de cima para baixo; ou

mais exatamente, de dentro para fora do Estado, através da convocação feita pelos interventores às bases municipais nos estados”(SOUZA, 1989, p.109). O novo código beneficiava claramente o PSD, partido que montou uma considerável máquina política durante o Estado Novo.

O partido político é uma das formas mais amplas e mais avançadas de organização do povo, propondo para o conjunto todo da sociedade (e não apenas para um de seus segmentos), sendo um instrumento por excelência de mediação entre Nação e o Estado – ponte entre o povo e o poder – canal de expressão da vontade das diferentes parcelas da população. A vitalidade de uma democracia se mede pela vitalidade de seus partidos políticos. Apesar de partidos políticos brasileiros terem feições nacionais, não conseguiram eliminar a predominância das peculiaridades regionais e estaduais, e esse caráter regional é de suma importância no entendimento da dinâmica política-partidária.

O Sr. Alfredo Mesquita é eleito em 1946 para o seu primeiro mandato de Deputado Estadual pelo PSD, e em 1950 exerce o segundo mandato consecutivo pelo mesmo partido. O populismo é uma constante nos países subdesenvolvidos e, por vezes, nos países desenvolvidos, sendo aceito como uma realidade da vida amplificada pelo uso dos meios de comunicação modernos, como o rádio. Cabe ressaltar que o líder político é também o tipo de pessoa carismática que impressiona pela sinceridade evidente de sua preocupação pelo bem público e pela ressonância de sua eficiência executiva. No entanto, o trabalho assistencialista do Sr. Alfredo Mesquita, executado através da sua permanente residência no município foram os responsáveis maiores pela sua exuberância eleitoral. Foi por este caminho tipicamente populista que os Mesquitas seguiram sempre.

O termo populismo tem sido utilizado para designar diversos fenômenos históricos, varia no tempo e no espaço. Na América Latina, o populismo começou a ser seriamente estudado nos anos 1950, com o surgimento dos primeiros trabalhos sobre o tema, mas somente nos anos sessenta é que estes trabalhos tiveram uma melhor abordagem teórica². Em alguns deles o populismo é explicado pela ausência ou escassez de canais de agregação de interesses e de participação classista, permitindo a líderes carismáticos se apossarem do poder e utilizaram as massas disponíveis para sustentá-lo, sem que haja no processo decorrente, espaço político para que evolua a livre representação dos interesses das classes envolvidas. Num país como o Brasil, de dimensões continentais e padrões culturais diversos, as visões teóricas acerca do populismo não podem se iguais. Podem, quando muito, aproximar-se.

O Brasil do norte é diferente do Brasil do sul, logo, o populismo não poderia ser o mesmo nas duas regiões. O populismo do Centro-Sul não é o mesmo do Norte-Nordeste, ainda que, em ambas as regiões, tenha se disseminado mais nas áreas urbanas. São iguais na aparência; diferem na essência. Como fenômeno sócio-político, o populismo tem diversas faces e configurações, muito embora tenha sido naquele momento histórico, anos 30 aos 60,

“a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nestes decênios e da necessidade sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político” (WEFFORT, 1980, p.61).

² Os trabalhos que poderia citar são: Dependência e desenvolvimento na América Latina, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; Para uma política latino-americana, de Torcuato di Tella.

Segundo Weffort:

cada líder populista desenvolve um “estilo” próprio, com uma política personalista muito pouco explícita, com um ideário também pouco explícito e, por vezes confuso, com diferenças tão acentuadas que, muitas vezes, fica difícil uma percepção de algo em comum, além do anseio em conquistar o voto popular (WEFFORT, 1980, p.61).

Seria temerário enquadrar o populismo brasileiro apenas num dado momento histórico. As análises mais recentes desmentem o enquadramento do populismo como uma manifestação sócio-política somente no período 1930/1964³. No período compreendido, porém, o populismo representou uma crise de hegemonia dos grupos oligárquicos e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, um processo de manipulação das camadas populares bem como um canal através do qual estas exprimiam suas aspirações. Entretanto, mesmo tendo surgido numa crise de hegemonia dos grupos oligárquicos, o populismo não estava imune a crises. Elas faziam parte de seu arcabouço, visto a proteção oferecida a forças contraditórias.

Cabe ressaltar que o Sr. Alfredo Mesquita não tinha conhecimento teórico do fenômeno “populismo”, pois como já citado seus estudos são recentes, e sua prática comum entre os políticos da época em que o fenômeno era atuante. Tanto o populismo quanto o poder político, apresentados neste capítulo com definições claras, não podem ser anexados ao “pensamento” ou “ideal” do Sr. Alfredo Mesquita, visto que esta atitude provocaria um anacronismo na história em análise. Estamos a discutir na contemporaneidade termos que não existiam na época em que o Sr. Alfredo Mesquita

³ Numa análise sobre o fenômeno populista no Brasil e na América Latina, autores como Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes, e outros fazem uma abordagem sui generis sobre o conceito, questionando algumas teorias que enquadram o populismo como um fenômeno somente enfrentado pelas sociedades que enfrentavam uma transição – de uma economia agrário-exportadora para uma urbana-industrial.

estava atuando politicamente no município, logo, devemos como historiadores separar cada momento em estudo. Os termos já apresentados, como: tradicionalismo, populismo, e poder-político, devem ser explicados ao caro leitor para compreensão do trabalho ora apresentado, no entanto, tais termos são contemporâneos e sua definição só dar-se após estudos realizados recentemente.

A família Mesquita, objeto de estudo deste trabalho, engloba-se dentro destas teorias, mesmo que no momento em que atuavam ativamente no município não fossem reconhecedora destas definições. O trabalho prosseguirá com explicações sobre os meios e mecanismos utilizados pelos Mesquita para permanecerem no poder local por mais de cinquenta anos, daí então a necessidade de esclarecer os termos que foram usados, como forma de clarear o que será estudado daqui para frente. Todo o período político da família no município será apresentado, e as definições se farão necessárias para um maior entendimento desta monografia.

CAPÍTULO II

COMO CHEGARAM A MACAÍBA E QUEM FORAM OS MESQUITAS

Vimos no primeiro capítulo uma discussão sobre as relações de populismo, tradicionalismo e a relação poder/política junto ao contexto histórico em análise. Em continuação ao estudo monográfico, a partir deste segundo capítulo farei um breve relato da história política desta família, levando em consideração o momento de sua chegada ao município, o princípio de sua adesão a partidos da época, e os cargos públicos ocupados por membros da família no cenário político municipal, estadual ou federal. Cabe ressaltar que trabalharei com todos os membros envolvidos subdividindo a apresentação por casal, porém quando necessário for farei uma introdução ao contexto histórico político do período em discussão. Já realizada a breve apresentação do capítulo, segue-se a análise.

A família Mesquita chega na cidade ainda na segunda metade do século XIX, não sei precisamente o ano, vindo a convite do comerciante Fabrício Gomes Pedroza, que na fase do surto exportador de algodão instalou no município a casa importadora-exportadora Guarapes, logo, tornando-se responsável pela vinda de embarcações estrangeiras que atracavam diretamente no porto dos Guarapes, então existente, sendo o rio Jundiá usado para tráfego dos barcos que ligavam-na à capital. Macaíba, a partir desses anos, passou a funcionar como posto intermediário no comércio entre os povoados e vilas – situados nos vales dos rios Jundiá e Potengi e em parte da região do Seridó e o porto da capital.

No entanto não posso afirmar se os Mesquitas eram também paraibanos. O primeiro a se instalar aqui foi o Sr. Manoel Carneiro Mesquita e sua esposa Paulina Felismina de Mesquita. Deste casal nasceu o Sr. Alfredo Adolfo Carneiro de Mesquita, que também foi comerciante influente na região e que casa-se com a Sra. Ana Olindina. Pode-se dizer que possuíam atividades comerciais em Natal e a Região do Potengi – São Paulo e São Pedro.

É deste segundo casal que nasce o Sr. Alfredo Mesquita Filho, homem que envolveu-se na política da cidade, sendo a partir deste instante, o propulsor da vida política da família. Vinha de uma família de cinco irmãos: José era comerciante e fazendeiro, Paulo era tabelião público e professor universitário, Vicente Mesquita e suas irmãs Amélia e Nininha Mesquita. Alfredo Mesquita Filho, que nasceu em 23 de maio de 1901, fez seus estudos preparatórios em Macaíba e Natal, cursou medicina em Recife quando precisou retornar a cidade motivado pelo falecimento de seu pai em 1929, impossibilitando assim a conclusão do curso.

2.1 Alfredo Mesquita e Nair Mesquita

O Sr. Alfredo Mesquita era filiado ao Partido Popular, e em 1935 com a divisão do Partido Popular em dois – PSD e UDN, filia-se ao PSD, no governo de Rafael Fernandes Gurgão. O PSD era a expressão dos grupos ligados aos empresários e industriais urbanos, mas tinha o grosso do seu contingente eleitoral na zona rural, ligada também aos grandes proprietários (SUASSUNA; MARIZ, 2001, p.64).

Em 1936 registra sua entrada no poder executivo, tornando-se prefeito da cidade. Em 1937 é eleito pelo povo para o segundo mandato, permanecendo até 1941

na prefeitura. Filia-se ao PSD, que em apenas trinta dias fundou em todos os municípios, diretórios do partido. Em 1946 exerce seu primeiro mandato de Deputado Estadual pelo PSD, cabe ressaltar que em 29 de outubro de 1945 Getulio Vargas foi deposto pelas forças armadas, encerrando o “Estado Novo” e iniciando-se uma fase de preparação para o retorno as instituições democráticas com a programação das eleições, seguindo-se a experiência de uma nova organização socioeconômica no período por vir (SUASSUNA; MARIZ, 2001, p.65)

Em 1950 assume o segundo mandato consecutivo pelo mesmo partido. Na campanha de Prefeito no ano de 1953, apóia o Sr. José Jorge Maciel então candidato ao cargo de prefeito municipal, contra o Sr, Paulo Mesquita do PSB, saindo vitorioso o seu candidato Jorge Maciel. O seu terceiro mandato de Deputado Estadual ocorre no ano de 1954 pelo mesmo partido (PSD). Como Deputado Estadual representava os municípios de Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Bom Jesus, Serra Caiada (Presidente Juscelino), Caiada (Eloy de Souza), São Pedro, Ilmo Marinho entre outros.

Na campanha para prefeito municipal em 1958 é lançado candidato contra o Sr. Leonel Mesquita que, na ocasião era seu sogro e tio ao mesmo tempo. Oportunamente Alfredo Mesquita ganha a campanha e exerce seu terceiro e último mandato no poder executivo encerrando-o em 1963.

No livro que o seu filho escreve, tendo por título “Macaíba de Seu Mesquita, página 23 – 2º edição, narra-se um fato extrovertido quanto a campanha de prefeito disputada dentro da mesma família, vejamos:

O Feitiço e o Feiticeiro – É na hora mais difícil da batalha que o equilíbrio de quem a comanda deve ser colocado em exercício – No

acesso da campanha municipal de 1958, o então candidato a prefeito pela UDN, Leonel Mesquita, tio e sogro, uma carta pornográfica com figuras de animais extravagantes, impublicáveis, por sinal. Foi uma das mais extremadas lutas políticas de que se tem notícia até hoje... O velho Mesquita não se deixou abater. Com a raposice de pessedista viajado pelos labirintos da política, passou a utilizar o escabroso documento como tema de sua campanha, exibindo-o de casa em casa. Nessa visitas, criando uma atmosfera emocional e de suspense que somente ele sabia fazer, mandava que se afastassem da sala as crianças, as moças, a dona da casa, quando ia mostrar as figuras imorais. E, após aprofundar o proselitismo, no final, fitava fixamente o olhar no dono da casa e com fisionomia de vítima, interrogava: "Meu filho, eu que sou sogro e tio desse homem, ele mandou isso pra mim, avalie para vocês?". E não houve eleitor que resistisse. O feitiço caiu por cima do feiticeiro (MESQUITA, 1982, p. 23).

Com este relato pode-se confirmar a falta de liderança política opositora no município visto que as disputas estavam ocorrendo em uma só família.

Quando o Sr. Alfredo Mesquita não podia ocupar o cargo de legislatura, pois estava assumindo o de prefeito municipal naquele momento, indicou e elegeu sua mulher Nair Mesquita como Deputada Estadual de 1959 a 1962, assegurando um futuro regresso à Assembléia Legislativa. No pleito para escolha do governo do estado do RN, a família Mesquita apóia o Sr. Dinarte Mariz que ocorre no ano de 1965. Tratava-se de um apoio político único, pois o colegiado de Macaíba encontrava-se sem oposição, sendo a família Mesquita a única liderança política do município na época.

Ainda no ano de 1965 apóia o candidato ao Governo do RN, Sr. Dinarte Mariz que prosseguia em eleições diretas. Cabe ressaltar que o apoio político da família Mesquita significava um apoio de "curral eleitoral", ou seja, o município não tinha

política de oposição na época. No entanto, ocorreu que em 1966, o ato institucional nº 3 (05.02.1966), do novo governo, que estabelecia eleição indireta para governadores dos estados pelas Assembléias Estaduais, e nomeação dos prefeitos das capitais pelos governadores (SUASSUNA; MARIZ, 2001, p. 107). Com este ato deu-se origem aos chamados governadores “biônicos” (1970/1982), uma vez que, na verdade essa eleição indireta apenas ratificava a indicação do governo federal.

O Sr. Alfredo Mesquita, filiado agora ao partido da ARENA, pois o PSD foi extinto em 1968, concorre ao seu quarto mandato de prefeito municipal. Sua adversária era a Sra. Mônica Nóbrega Dantas, que era proprietária da Usina Nóbrega Dantas, a primeira empresa a chegar ao município e que trabalhava com a fabricação de óleo e sabão Benedito. Cabe ressaltar que o país passava, na década de 60, pelo processo de industrialização, o que favorecia as elites urbanas e rurais. Diante desta mudança econômica do país que também causou efeito nos município de Macaíba, a Sra. Mônica Dantas vence a campanha. É o primeiro momento de diminuição de poder perante a família Mesquita. Alega-se para esta afirmação a troca do assistencialismo pelo valor do trabalho. A usina empregava muitos cidadãos macaibenses e estes estavam vivendo uma nova fase econômica. Era o momento do valor do trabalho, não mais do “favor”. Pode-se entender esta mudança no eixo político do município como uma mudança no eixo econômico das famílias macaibenses. Em 1969 morre o patriarca político da família Mesquita.

2.2 Valério Mesquita e Odileia Mesquita

Seu manto foi passado para seu filho, Valério Mesquita Filho, que é bacharel em Direito pela UFRN. O jovem Valério Mesquita já havia iniciado sua vida política em 1962 quando participava ativamente das campanhas eleitorais já ocorridas. Foi coadjuvante e coordenador das campanhas políticas até 1970. Diferentemente de seu pai, Valério Mesquita ocupou cargos importantes na administração pública estadual, o que lhe assegurava convívio entre a elite administrativa do momento. Cito alguns cargos administrativos ocupados por Valério Mesquita, retirados da Homenagem do Diretório Estadual do PPB⁴: Em 1967, Representante Federal da Campanha Nacional de Alimentação Escolar no Rio Grande do Norte, período em que se formulou a descentralização do programa, criando as regionais de Mossoró, Santa Cruz, Santo Antonio, Caicó e João Câmara. Em 1971, foi Sub-Chefe da Casa Civil, Coordenador de Assistência aos Municípios do Rio Grande do Norte e Diretor Geral do Departamento de Serviço Social do Estado no governo de Cortez Pereira.

Em 1973, assumiu a Prefeitura de Macaíba marcando sua entrada no cenário político do município, como também mostrando a força tradicionalista da família Mesquita para o estado. Como prefeito construiu o Centro de Abastecimento Municipal, a Praça da Saudade, que possui um busto de seu pai e foi construída em frente ao cemitério público da cidade onde o Sr. Alfredo e Nair Mesquita estão sepultados, a eletrificação dos distritos de Traíras, Cana Brava e Mangabeira. É na sua gestão que a cidade recebe a CIDA – Casa do Agricultor, a TELERN e o BANDERN. Fatos

⁴ Uma vida dedicada a causa pública. Homenagem do Diretório Estadual do PPB ao seu ex-Vice-Presidente e ex-Lider na Assembléia Legislativa.

marcantes de sua administração foram as construções do Conjunto Habitacional Alfredo Mesquita Filho e da Escola Estadual Alfredo Mesquita Filho que recebem o nome do seu pai, o Sr. Alfredo Mesquita.

Para este acontecimento me reporto ao que nos diz Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem de sentimentos que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais" (NORA, 1993, p.13).

A partir deste instante passo a compreender e encontrar justificativa acadêmica para a escolha do nome "Alfredo Mesquita" nas construções realizadas na gestão de seu filho, Valério Mesquita, ou seja, buscava assegurar a memória de seu pai.. Cabe ressaltar que sua administração pública durou apenas dois anos.

Em 1976, foi nomeado segundo presidente da EMPROTURN, aonde continuou a implantação da Via Costeira e a conclusão da restauração do Centro de Turismo no governo Tarcisio Maia. Em 1978, foi Secretário Executivo do Escritório Técnico-Administrativo da UFRN, responsável pela consolidação física do Campus Universitário na gestão do Reitor Domingos Gomes de Lima.

Como Presidente da Fundação José Augusto em 1980, realizou uma administração voltada para a restauração de monumentos e a editoração. Aproxima-se a campanha municipal de 1982, e sua esposa a Sra. Odiléia Mércia da Costa Mesquita concorre à prefeitura de Macaíba. A família Mesquita sai vitoriosa desta campanha. Trata-se do retorno da família Mesquita ao cenário político do município.

Os cargos ocupados pela família Mesquita dentro da administração pública do estado revelam a prática de favores, ou alianças oligárquicas através de cargos de confiança ou cargos de bom status na esfera política administrativa, determinando assim uma ligação entre os políticos do Estado e o Sr. Valério Mesquita Filho.

Quando Presidente da Fundação José Augusto e sua esposa Prefeita da cidade, foi publicado o livro "MACAÍBA" através do Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine – FJA, no ano de 1983. O livro faz parte de uma coletânea de publicações sobre vários municípios do estado. No entanto não podemos deixar passar despercebido o fato de que o livro narra toda a história da família Mesquita ligada diretamente a história da cidade. Relata também a Administração do Sr. Valério Mesquita Filho de forma minuciosa, com ênfase a todos os seus feitos como prefeito do município. A apresentação do livro foi realizada pela Sra. Odiléia Mércia da Costa Mesquita na condição de cientista social.

Cabe ressaltar uma citação retirada do livro na página 40:

"Comercio: A casa de Alfredo Adolfo Mesquita, o maior varejo da cidade, conhecida pela impecável arrumação que lhe imprimia o velho Alfredo"(FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO, 1983, p.40).

Veja que esta citação reporta ao pensamento de Pierre Nora quanto à memória coletiva e memória individual, já apresentada em parágrafo anterior, ou seja, a tentativa do grupo pela construção da memória coletiva da cidade.

Ao tratar, ainda no livro, das administrações públicas da cidade, reserva-se excelentes observações. A página trinta e dois relata que a sede da Prefeitura mudou

para o Solar do Ferreiro Torto através do decreto nº 83 da atual prefeita municipal. Esta observação citada determina uma valorização da cultura do município, pois o “solar” estava entregue ao abandono e a mudança da sede da prefeitura para o local ascendeu sua importância cultural para a história da cidade fazendo uma ligação direta com a administração da Fundação José Augusto, naquele momento presidida pelo Sr. Valério Mesquita Filho, pois o solar havia sido restaurado juntamente com outros monumentos históricos da cidade; como as capelas São José e Soledade, a capela de Utinga e a Igreja Matriz de São Gonçalo, a Casa de Câmara, a Cadeia e a igreja Nossa Senhora do Desterro em Vila Flor, em Canguaretama a Capela de Cunhaú, em Mossoró a antiga cadeia pública transformada hoje em centro cultural, em Arez a restauração da fachada do cemitério local, em Ceará-Mirim a restauração do Mercado Público da cidade. Veja que houve, através da Fundação José Augusto, uma verdadeira benfeitoria cultural na cidade e nas regiões circunvizinhas.

Em 1986, elegeu-se Deputado Estadual com 24.525 votos, reelegendo-se em 1990 para seu segundo mandato. A gestão de sua esposa foi até o ano de 1988, favorecida em seis anos por mudanças no calendário político do país. Em 1992 a Sra. Odileia Mesquita retorna a Prefeitura de Macaíba, constituindo o seu segundo mandato. Tinha na câmara de Deputados um fiel amigo, pois o seu esposo apresentou projetos e proposições solicitando estradas, escolas, eletrificação, poços tubulares, preservação do meio ambiente, defesa da cultura, saúde e segurança para população.

Em 1994, o Sr. Valério Mesquita Filho elege-se pela terceira vez, tendo como legenda o Partido da Frente Liberal, e no seu “curral eleitoral” os municípios de Macaíba, São Gonçalo, Bom Jesus, Serrinha, Canguaretama, Extremoz e outros. Cabe ressaltar que recebeu o título de cidadão honorário de Parnamirim, São Gonçalo, Bom

Jesus, Serrinha, Canguaretama, Extremoz e Natal.⁵ Em 1998 reelegeu-se para o seu quarto mandato. Foi líder do PL e do PPB na Assembléia Legislativa demonstrando o respeito político adquirido ao longo dos anos já passados.

Mas, a família Mesquita mudou. Ocorreu a separação entre o casal, logo, que em seguida Vaério Mesquita Filho sai da cidade, no entanto conserva-se a tradicional residência. Assegurado por ambos ficou a memória coletiva da família Mesquita. Hoje encontram-se busto, hospital, escolas, creches, conjuntos habitacionais e etc, com o nome Mesquita gravado. Se for reportado mais uma vez a “historia oral” será encontrado respaldo acadêmico para este tipo de memória, pois Halbwachs em memória coletiva e memória individual diz:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante **pontos de contato** entre uma e as outras [...] (grifo nosso) (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Assim declaro que a família Mesquita não só dominou politicamente o município por mais de meio século, como também soube assegurar a sua memória na cidade.

⁵ Uma vida dedicada a causa pública. Homenagem do Diretório Estadual do PPB ao seu ex-Vice-Presidente e ex-Líder na Assembléia Legislativa

CAPITULO III

AS PRÁTICAS POLÍTICAS E OS MEIOS/MECANISMOS UTILIZADOS PELOS MESQUITAS PARA PERMANECER DOMINANDO POLITICAMENTE O MUNICÍPIO

Neste terceiro e último capítulo colocar-se em discussão e/ou análise os meios e os mecanismos utilizados pelos Mesquitas para permanecerem dominando politicamente o município por mais de meio século. Isto posto, ressalto que o estudo em questão trata-se do período de 1936 a 1998, logo, os termos aplicados cientificamente pode causar um anacronismo com o período em estudo. Assim, desde já, solicito ao caro leitor uma maior abertura de entendimento para facilitar na compreensão do capítulo.

3.1 Alianças oligárquicas.

Verifica-se nos capítulos anteriores, a influência desenvolvida pelo populismo, pelo tradicionalismo e pela relação poder/política no município de Macaíba com a política da família Mesquita. Agora passo a relacionar estas influências com os meios e mecanismos usados para assegurar a longa permanência dos Mesquitas no poder público do município de Macaíba. Pois, como já vimos, no período de dominação política do município, a família Mesquita precisou fazer alianças com outras “oligarquias políticas” do estado, o que facilitou sua longa permanência no cenário político de Macaíba, e até mesmo pode ter contribuído para assegurar as indicações de membros

desta família para ocuparem cargos de diretoria em órgãos públicos de suma importância para o estado do Rio Grande do Norte.

Estas alianças ou até mesmo mudanças de partido realizadas no cenário político, pode ser justificada nas palavras de João Ubaldo Ribeiro em seu livro Política, que diz:

a política fica então vista como o estudo e a prática da canalização de interesses com a finalidade de conseguir decisões” e na página 17, “a política terminou por tornar-se uma profissão, a profissão dos que se dedicam a influenciar, de diversas maneiras e em vários níveis, a condução da coletividade em que vivem (RIBEIRO, 1986, p. 17).

Assim, posso assegurar que a família mesquita utilizou como um dos meios, a ALIANÇA com partidos ou líderes partidários como forma de assegurar o seu domínio.

3.2 Monumentalização.

Em continuação, encontra-se a MONUMENTALIZAÇÃO da família mesquita no município com um outro meio/mecanismo utilizado no propósito supra citado. Justifica-se para esta afirmação as palavras de Pierre Nora que afirma os lugares de memória não como espaço físico e sim como instituição, logo reconheço que a monumentalização da família Mesquita pode ser explicada a partir deste entendimento. As homenagens destinadas aos membros da família podem ser resquício da sua contribuição política ao município. Mas, pode ser também a tentativa de algum membro

da família, que quando esteve no poder executivo ou legislativo usou os poderes a ele aferidos e homenageou sua própria família, como forma de assegurar um lugar na memória para a família Mesquita no município de Macaíba, marcando os lugares na memória do povo.

Pronunciar constantemente o nome MESQUITA assegura sua presença na memória coletiva. Levando em consideração o que diz Pierre Nora, quando cita lugares de memória, uma outra história na página 22 diz: Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte... (NORA, 1993, p. 22).

A tentativa de gravar o nome Mesquita na memória do povo macaibense é justificável, pois trata-se de uma busca pela memória coletiva.

Assim, a memória coletiva sobre os Mesquitas quanto a sua contribuição no município poderá preencher provavelmente, um vazio existente na memória individual dos macaibenses mais novos, ou seja, os que não tiveram oportunidade de conhecê-los quando no auge de sua vida pública e política. Visto que esta monumentalização foi especificamente escolhida, ou seja, não foi qualquer lugar que recebeu o nome Mesquita, mas sim os lugares específicos como Escolas, Ruas, Hospital e tantos outros, e este meio é de suma eficiência para o objetivo ora apresentado.

3.3 Residência Fixa

Característico também é o meio/mecanismo de *Residência Fixa* no município. Não localizei argumento científico para este meio/mecanismo, mas posso com entendimento pessoal citá-lo. Vejam que a família Mesquita nunca deixou de residir no

município no período de sua atuação ativa no cenário político, mas isso não quer dizer que não possuísse casa em Natal a capital do estado.

Na verdade compreendo que permanecer no município para os primeiros Mesquita, ou seja, Alfredo Mesquita e sua esposa Nair Mesquita tenha sido talvez um ato de “amor” pela terra. Mas, os seus filhos já apresentaram outros desejos. Tratando apenas do casal Valério Mesquita Filho e sua esposa Odiléia Mércia da Costa Mesquita, que fizeram parte do legado político da família e atualmente estão separados, não foi somente por “amor” mas também por meio/mecanismo político, visto que a residência era usada somente para o descanso noturno pela família.

Como a residência fixa em Macaíba lhe assegurava a aproximação ao eleitor através do contato diário, os pedidos urgentes, o assistencialismo necessário, porque não continuar garantindo este meio/mecanismo até quando lhes fossem possível. Tenho em lembrança as noites da casa do Sr. Valério, com maior precisão na rua da cruz, onde uma pequena multidão os aguardava chegar. A espera era longa e tardia, mas poucos desistiam.

A necessidade da assistência quanto ao exame, ao medicamento, a cesta básica, ao registro de nascimento, a carteira de identidade, a ordem do caixão para sepultar um ente querido e tantos outros faziam jus à insistência de cada um que ali estava. Ressalto que não estou a condenar o assistencialismo da família mesquita aos munícipes, pois reconheço que se trata de uma prática comum à época, no entanto, o que estou a afirmar neste parágrafo é que residir no município aproximava com maior eficácia o eleitor e o político.

3.4 Assistencialismo e/ou Clientelismo

Como já apresentado na ressalva do parágrafo anterior o ASSISTENCIALISMO pode ser entendido com um meio/mecanismo utilizado pelos políticos para assegurarem suas permanências longas no poder local. São inúmeros os estudos que tratam da política social no Brasil, mas são poucos e recentes os estudos que tratam o conjunto dessas políticas. Certamente o período que vai de meados dos anos 60 até meados da década de 70 é caracterizado tanto pela natureza quanto pelo conteúdo e impacto social. Este é o momento em que se organizam os sistemas nacionais públicos nas áreas de bens e serviços sociais básicos como educação, saúde, assistência social, previdência e habitação, e, é neste período também que são introduzidos os mecanismos para a formação do patrimônio dos trabalhadores como o FGTS e PIS-PASEP. (REBOUÇAS, 2000, p. 26).

O caráter assistencialista ou clientelista tem sido uma marca que afeta a dinâmica das políticas públicas do Brasil desde a sua origem. Este padrão rompe-se no pós-64 e outras formas de clientelismo entram em vigor no sistema, tendendo a feudalizar áreas do organismo previdenciário e, principalmente, à distribuição de benefícios em períodos eleitorais. Com o crescimento da assistência nas políticas sociais, nos fins dos anos 70 a dimensão clientelista foi reforçada, e no pós-85, a abertura do sistema político deixou transparecer com maior nitidez essa característica.

É precisamente no ano de 1982 que a Sra Odiléia Mércia da Costa Mesquita foi eleita para seu primeiro mandato de prefeita, o que lhe assegurou através das políticas de assistencialismo um excelente mandato de assistência à população

carente. Tratam-se da BEMFAM, da FEBEM, do projeto Casa da Merenda, das residências populares com a COHAB e tantos outros, em plena efervescência no Brasil.

É difícil precisar, no Brasil, o âmbito específico de uma política pública em assistência social, não apenas pela grande diversidade de programas, como também pelos mais variados benefícios supra citados, os quais buscam atender as necessidades de saúde, educação, alimentação, trabalho, etc. programas estes que visam enfrentar, através de auxílios temporários ou emergenciais, os vários quadros de carências que atingem um grande contingente da população brasileira (REBOUÇAS, 2000, p. 32). É a partir de então que o governo Estadual, com a criação de secretarias de promoção social, atinge diretamente os municípios, ou seja, o líder político do município tinha recursos (benfeitorias) assistencialista para oferecer aos munícipes.

Estas descentralizações das políticas públicas podem ser problematizadas através do entendimento da autora ARRETCHE, quando diz: o uso clientelista de recursos públicos está historicamente associado à natureza das relações entre burocracias públicas e partidos políticos” (ARRETCHE, 1996, p. 58).

Assim, nem a centralização nem as formas descentralizadas de prestação de serviços públicos, individual ou unidas, explicam o assistencialismo/clientelismo para a autora.

Não há uma relação necessária entre determinada escala de prestação de serviços públicos e o grau de apropriação privada ou patronagem política que a prestação de tais serviços pode viabilizar. A proximidade não é, assim, condição suficiente para evitar que determinadas necessidades dos cidadãos sejam atendidas segundo padrões clientelistas. (ARRETCHE, 1996:58).

Segundo a autora, isto significa que as formas descentralizadas não implicam necessariamente a eliminação do clientelismo. O uso clientelista depende muito mais da natureza das relações entre burocracias públicas e das possibilidades de controle efetivo dos cidadãos sobre a ação dos governos do que da escala ou nível de governo responsável pela prestação de serviços.

Isto posto, reportando-se ao município de Macaíba, aonde os munícipes não utilizam o efetivo controle da prestação do serviço através da noção do direito e da cidadania. Para analisar as políticas sociais sob a ótica da noção do direito e da cidadania, torna-se imprescindível recorrer ao clássico trabalho de T. H. Marshall – Cidadania e Classe Social, publicado originalmente em 1950.

Neste trabalho, o autor pretendia examinar as diferentes e complexas relações entre as noções de classe social e cidadania. Como podemos ver, a política social aparece como elemento de inclusão social e como um atributo do ser cidadão, o que significava na sua concepção, que a cidadania é para Marshall, essencialmente, um conjunto de direitos que se subdivide em três blocos: direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis seriam aqueles necessários à liberdade individual, liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento, e dentre outros, o direito a justiça, onde se produz a possibilidade de garantir os demais direitos em igualdade com qualquer outra pessoa. Os direitos sociais iriam desde o direito ao mínimo bem estar econômico e de segurança ao direito de participar por completo e a levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. Os direitos políticos seriam os de participar no exercício do poder político, como, por exemplo, votar e ser votado livremente.

No entanto o assistencialismo fere ao direito político, pois age como moeda de troca, ou seja, uma “assistência” em troca do voto. Talvez a assistência recebida no ato da troca já fizesse parte dos direitos de cidadania, sejam sociais, políticos ou civis, mas a falta de informação ou esclarecimento dos munícipes comum à época em estudo, funcionava como viseira, beneficiando a prática de poder/política já discutida em capítulo anterior. Segundo a análise de Marchall, os três elementos (direitos civis, políticos e sociais), se distanciaram um dos outros e passaram a parecer elementos estranhos entre si (MARSHALL, 1967, p.61). Esta separação dificultou ainda mais a consolidação de cidadania entre a população do país.

Levando em consideração o ano da morte do patriarca da família Mesquita, e o ingresso do seu filho Valério Mesquita e sua esposa a Sra Odiléia Mércia da Costa Mesquita no cenário político municipal dois anos após, pude perceber que as datas supra citadas estão relacionadas com as datas dos estudos apresentados sobre sistemas nacionais públicos nas áreas de bens e serviços sociais básicos como educação, saúde, assistência social, previdência e habitação, no Brasil, o que me assegura quanto ao uso das práticas ora apresentada pela família Mesquita no município de Macaíba.

Durante todo o capítulo vi à posição de autores sobre o assunto em questão, porém, o que me chama a atenção é a junção de consenso que estes autores têm sobre o assistencialismo/clientelismo, ora apresentado como meio/mecanismo utilizado pelos políticos no Brasil. Cabe ressaltar, que não pretendo acusar como negativa ou positiva as práticas utilizadas pela família, o que na verdade pretendo é fazer uma análise acadêmica do período em estudo, buscando entendimento para os cinquenta e seis anos de domínio político desta família.

Sejam meios/mecanismo comuns ou não ao cenário político do país, como alianças partidárias e oligárquicas, assistencialismo e/ou clientelismo, monumentalização, e residência fixa, o que posso compreender é que todas buscavam um só objetivo: “assegurar o domínio político da família Mesquita em Macaíba”. Deve-se entender assim, que quando os Mesquitas, utilizavam alguns meios/mecanismos, o utilizava “ingenuamente” ou “conscientemente”, visto que não tratava-se de algo novo, mas apenas a consolidação das práticas usadas em todo o país.

Cabe ressaltar que as práticas funcionaram muito bem, o que lhes assegurou um “poder” local por mais de meio século para a família Mesquita, no município de Macaíba.

Atualmente o município não possui mais o domínio da família Mesquita, pois o casal Valério e Odília se separaram e deixaram de residir no município a mais ou menos oito anos. A casa da família foi adquirida pelo Governo do Estado através da Fundação José Augusto tomando-se um patrimônio histórico e recebendo o título de “Casa da Cultura”.

Mesmo com este último ato os Mesquitas jamais sairão da memória dos macaibenses. A casa da rua da Cruz está conservada intacta e suas lembranças serão repassadas na sua própria história local.

CONCLUSÃO

A permanência da família Mesquita em Macaíba durou cinqüenta e seis anos.

Iniciou com o Sr. Alfredo Mesquita e esposa Nair Mesquita, que passou para o filho Valério Mesquita, e esposa Odiléia Mesquita. Em nenhum momento apresentei um lado positivo ou negativo para o município quanto a este "domínio", o que apresentei foi uma História Política Regional, que não foi única no estado ou país, mas na verdade mais uma das tantas que existem quando alguém se refere a poder político oligárquico de famílias no Rio Grande do Norte.

Respondendo aos questionamentos apresentados no início do trabalho acadêmico como: quem foram os Mesquitas e como chegaram a Macaíba; as relação entre as práticas políticas do município com aquelas do estado; e os meios e os mecanismos utilizados pelos Mesquitas para permanecer dominando politicamente o município. Cheguei a conclusão do trabalho concluído pois as lacunas existentes foram preenchidas.

Atualmente o município não possui mais o domínio da família Mesquita, pois o casal Valério e Odiléia se separaram e deixaram de residir no município a mais ou menos oito anos. A casa da família foi adquirida pelo Governo do Estado através da Fundação José Augusto tornando-se um patrimônio histórico e recebendo o título de "Casa da Cultura".

Mesmo com este último ato os Mesquitas jamais sairão da memória dos macaibenses. A casa da rua da cruz está conservada intacta e suas lembranças serão repassadas na sua própria história local.

Talvez, Macaíba continue sendo o “*Império de seu Mesquita*”, visto que sua memória está assegurada no coletivo. Assim, me coloco como parte desta memória coletiva. Iniciei o trabalho buscando resposta para o fato de está rodeada pelo nome Mesquita, pelo fato de ter crescido escrevendo e pronunciando o nome Mesquita constantemente. Percebo que esta constante não fará parte só de minha vida, mas sim da vida de meus filhos, netos, bisnetos e etc.

Os lugares que já receberam o nome Mesquita foram estratégicos, pois trata-se de hospital: lugar onde o indivíduo nasce e precisa ir durante seu ciclo de vida, Escola: lugar onde todo cidadão por direito de cidadania deve passar, Conjuntos Habitacionais: lugar de residência permanente para muitos cidadãos, e tantos outros.

Posso concluir então que o processo de Monumentalização da família Mesquita lhe assegurou um legado no cenário político do município. Como também os transportam para a galeria dos filhos ilustres da cidade ao lado de Auta de Souza, Henrique Castriciano, Tavares de Lyra, Augusto Severo e tantos outros. Como já se registra no livro “Macaíba” publicado e em circulação pela Fundação José Augusto.

Conclui também que a história da família Mesquita, seja ela genealógica ou política, os meios e mecanismos utilizados lhe asseguram não só uma longa permanência no poder local, mas uma permanência fixa na história política da cidade de Macaíba. Antes dos Mesquitas não existe relato de uma família política com tamanha atuação na política do município, como também, até a presente data não encontrei mais o “poder” dos Mesquitas no município.

Portanto, o poder político local foi superado, ocorrendo uma queda na conjuntura política de Macaíba após o segundo mandato de prefeita da Sra Odiléia Mércia da Costa e o quarto mandato de deputado do Sr. Valério Mesquita Filho, que

está atualmente fora da Assembléia Legislativa. Os Mesquitas não mais residem na cidade, como também não participam de campanhas municipais. Ressalto que a Sra. Odiléia Mercia da Costa, separou-se do Sr. Valério Mesquita Filho, perdendo assim o sobrenome Mesquita que havia recebido do marido. Ambos não residem mais no município, mas a cidade permanece repleta do nome "Mesquita" e de sua história.

O GRANDE NATAL, Natal, 2001.

Bibliografia

ARRÊS, João. Maria T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado brasileiro. São Paulo: UNESP, 1989.

BOSI, Edgar. Memórias e vivências: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASCUDO, Luis da Câmara. Uma história da Assembleia Legislativa de Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

DRAIBE, Sônia Miriam. O Welfare State no Brasil: Características e perspectivas. In: ciência social hoje. Veritas, Ed. Revista dos Tribunais, ANPOCS, São Paulo, 1989.

_____. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. São Paulo em Perspectiva, v.11, n.3.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 9.ed. São Paulo: Glóbo, 1983, v2.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

INFORMATIVO AUDÁCIA, Macaíba, 1998.

O GRANDE NATAL, Natal, 2001.

Bibliografia

ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo**. São Paulo: UNESP, 1998.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Uma historia da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação Jose Augusto, 1972.

DRAIBE, Sônia Miriam. **O Welfare State no Brasil: Características e perspectivas**. In: ciência sociais hoje. Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, ANPOCS. São Paulo, 1989.

_____. **Uma nova institucionalidade das políticas sociais ? reflexões a proposito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais**. São Paulo em Perspectiva, v.11, n.3

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 9.ed. São Paulo: Globo, 1993. v2.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. 1990

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar, 1967.

MESQUITA, Valério. **Macaiba de "seu Mesquita"**. 12 ed. Natal: Clima, 1982. v17.

REBOUÇAS, Jurema Maria da Silva. **As políticas assistências e anção de direitos dos cidadão pobre: O programa do leite**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. **Historia do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934-1990) : Estado, evolução politica, social e econômica**. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2001.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889 – 1930)**. Natal: [s.n.], 1989.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2000. 2 v.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.